



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125312 - RS (2020/0072309-8)

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : JULIANO RAMON RODRIGUES NASCIMENTO**  
**ADVOGADO : GENARO JOSÉ BARONI BÓRGES - RS004471**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JULIANO RAMON RODRIGUES NASCIMENTO contra acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0000702-38.2020.8.21.7000.

O paciente foi denunciado porque, entre novembro de 2012 e junho de 2015, o denunciado, na condição de sócio administrador da empresa Natura Cereais EIRELI reduziu o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) mediante fraude à fiscalização tributária, consistente na inserção de elementos inexatos em Guias de Informação e Apuração de ICMS.

Após o recebimento da denúncia, foi impetrado *habeas corpus* postulando o trancamento da ação penal movida em desfavor do paciente, em razão da atipicidade da conduta. O Tribunal denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 209):

*HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INC. II, C/C ART. 12, INC. I, DA LEI Nº 8.137/90. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. PROSSEGUIMENTO. I – O paciente foi denunciado pela suposta prática do crime descrito no art. 1º, inc. II, c/c o art. 12, inc. I, todos da Lei nº 8.137/90. Segundo o Ministério Público, o denunciado –sócio administrador da empresa autuada –teria deixado de recolher cerca de R\$ 7 milhões em ICMS entre os anos de 2012 e 2015. II – Na análise do habeas corpus nº 70082565771, julgado em 12.9.2019, esta Câmara reconheceu a justa causa para a ação penal, em face da prática de crime em tese, devidamente narrado na denúncia, em conformidade com o art. 41, do CPP. O STJ manteve tal entendimento, ao decidir o recurso. III – Em análise à legislação tributária, há exceções e condicionantes para os benefícios fiscais instituídos quanto aos créditos tributários de ICMS, e em nenhum momento existe menção, em qualquer dos documentos apresentados, acerca da extinção do crédito tributário gerado em favor do Estado do Rio Grande do Sul consubstanciado no auto de lançamento que subsidia a presente ação penal, o qual envolve, em tese, a inserção de elementos inexatos, conforme a Lei nº 8.137/90. HABEAS CORPUS DENEGADO.*

Nesse recurso, a defesa argumenta que o crédito tributário objeto da ação penal teria se tornado inexigível.

Diante disso, requer, liminarmente a suspensão da ação penal e no mérito, o seu trancamento.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

O trancamento da ação penal pela via estreita do *habeas corpus* depende da constatação, de plano, de causa extintiva da punibilidade ou de ausência de justa causa para justificar a persecução penal, seja pela ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, constatável sem a necessidade de exame aprofundado do conjunto probatório.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão Colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo deste recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator